

Sustentabilidade Social No Contexto Do Ensino Médio: Potencialidades Práticas Em Educação Ambiental

Social Sustainability in the Context of High School: Practical Potential in Environmental Education

Paulo Estefan Costa Barbosa¹, Alba Valéria Gomes de Carvalho², Marcos Vitor Costa Castellano³, Ivan Zichtl Santos⁴, Gabriela Gomes Maranhão⁵ e Larysse Cristina Ferreira Alves⁵

RESUMO: No contexto do Ensino Médio – EM, avista-se as introduções e ampliações educativas-ambientais assumem um papel revelante nas estruturas educacionais globais e setoriais, como também na formação de jovens conscientes e críticos perante as necessidades e variáveis que tangem a sustentabilidade socioambiental, instaurando-se como um processo idiossincrático e fundamental de aprendizagem e aperfeiçoamento individual-coletivo. Partindo dos elementos citados, o presente estudo discorre sobre a pertinência da discussão da sustentabilidade social nas contextualizações do EM na atualidade, tendo como plano norteador os saberes e as potencialidades práticas ancoradas nas perspectivas da educação ambiental, levando em consideração as suas diferentes temáticas e aportes teórico-metodológicos. No âmbito de pesquisa, o método de revisão narrativa foi empregado como norte organizativo e captativo nos direcionamentos estruturantes, valendo-se artigos científicos, capítulos de livro e livros acadêmicos, alinhados nos recortes dos últimos 10 anos, como principais fontes de busca ativa, sendo geralmente encontrados nas plataformas digitais do Google Acadêmico, do Scielo e PePSIC. Sendo assim, destacado os aspectos introdutórios e as objetivações circunscritas, seguem os demais tópicos pautados na temática levantada, mantendo, acima de tudo, a potenciação de posturas e argumentações dialógicas entre os eixos educacionais ambientais e as contingências associadas ao EM nos variados recortes nacionais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ensino Médio. Sustentabilidade Social.

ABSTRACT: In the context of secondary education (EM), environmental education introductions and expansions play a significant role in global and sectoral educational structures, as well as in the development of young people who are aware and critical of the needs and variables related to socio-environmental sustainability. This study establishes itself as an idiosyncratic and fundamental process of individual and collective learning and development. Based on the aforementioned elements, this study discusses the relevance of discussing social sustainability in current EM contexts, guided by the knowledge and practical potential anchored in environmental education perspectives, considering its diverse themes and theoretical and methodological contributions. In the research context, the narrative review method was used as an organizational and capture guide for the structuring directions, using scientific articles, book chapters, and academic books, aligned with the last 10 years, as the main sources of active research. These are generally found on the digital platforms Google Scholar, Scielo, and PePSIC. Therefore, highlighting the introductory aspects and circumscribed objectives, the remaining topics based on the theme raised follow, maintaining, above all, the potential for dialogical positions and arguments between the environmental educational axes and the contingencies associated with EM in various national contexts.

Keywords: Environmental Education. High School. Social Sustainability.

DOI:10.18378/rbga.v19i1.11494

¹ Graduado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, sendo mestre em Construções Civis pelo Instituto Politécnico da Guarda Escola Superior de Tecnologia e Gestão – IPG.

² Doutora em Administração - FICS Paraguai (em tramitação para reconhecimento no Brasil). Mestra em Educação com ênfase em Inovação Pedagógica - UMa Portugal (reconhecida no Brasil pela UFAL). Especialista em Gestão Pública (IFPE) e em Gerência Contábil, Perícia, Auditoria e Controladoria (Uninter).

³ Mestre em Ciências da Educação. Graduado em Psicologia. Coordenador adjunto do curso de Psicologia da Faculdade Sucesso – FACSU.

⁴ Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão de Projetos e Negócios em Tecnologia da Informação) - IFRJ Campus Engenheiro Paulo de Frontin.

⁵ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Sucesso – FACSU.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação ambiental vem se consolidando enquanto um dos componentes centrais nos diferentes eixos da Educação Básica - EB nos cenários atuais, observando-se, sobretudo nas intensificações políticas e executórias do Ministério da Educação – MEC nas últimas décadas, um constante movimento de universalização dos saberes e práticas em educação ambiental nos âmbitos educativos brasileiros (Loureiro; Lima, 2012).

No contexto do Ensino Médio – EM, avista-se as introduções e ampliações educativas-ambientais assumem um papel revelante nas estruturas educacionais globais e setoriais, como também na formação de jovens conscientes e críticos perante as necessidades e variáveis que tangem a sustentabilidade socioambiental, instaurando-se como um processo idiossincrático e fundamental de aprendizagem e aperfeiçoamento individual-coletivo (Sá; Oliveira; Novaes, 2015).

Partindo dos elementos citados, o presente estudo discorre sobre a pertinência da discussão da sustentabilidade social nas contextualizações do EM na atualidade, tendo como plano norteador os saberes e as potencialidades práticas ancoradas nas perspectivas da educação ambiental, levando em consideração as suas diferentes temáticas e aportes teórico-metodológicos.

No âmbito de pesquisa, o método de revisão narrativa foi empregado como norte organizativo e captativo nos direcionamentos estruturantes, valendo-se artigos científicos, capítulos de livro e livros acadêmicos, alinhados nos recortes dos últimos 10 anos, como principais fontes de busca ativa, sendo

geralmente encontrados nas plataformas digitais do Google Acadêmico, do Scielo e PePSIC.

Sendo assim, destacado os aspectos introdutórios e as objetivações circunscritas, seguem os demais tópicos pautados na temática levantada, mantendo, acima de tudo, a potenciação de posturas e argumentações dialógicas entre os eixos educacionais ambientais e as contingências associadas ao EM nos variados recortes nacionais mediante os enfoques da sustentabilidade social.

DESENVOLVIMENTO

A educação ambiental, considerando as sua multiplicidade executaria e conceitual, pode ser compreendida enquanto toda ação educativa pautada no intuito de conscientizar sobre as temáticas ambientais, fomentando a formação de sujeitos críticos e engajados na consolidação de uma sociedade sustentável. Em que, entende-se que os planejamentos educacionais-ambientais se integram como constantes teóricas-vivenciais de caráter individual-coletivo (Sá; Oliveira; Novaes, 2015).

Nessa perspectiva, Castelhana (2024) aborda que as potencialidades executórias e direcionais da educação ambiental se apresentam como estratégias significativas na difusão e consolidação de saberes e de práticas sustentáveis nos âmbitos sociais e setoriais, sobretudo quando abordado a sua constante inserção nas contextualizações das instituições escolares.

Ainda nesse raciocínio, Castelhana, Ramalho Neto e Medeiros (2023a), ao discorrer sobre as fomentações em educação ambiental na atualidade, comentam que os hábitos sustentáveis em seus sentidos e aplicações dialógicas vão além de aparatos técnicos em si mesmos, dado que participam

diretamente das comunicações experienciais e formativas nos âmbitos contemporâneos e interativos.

Segundo Castelhano, Ramalho Neto e Medeiros (2023b), as diversas prerrogativas em educação ambiental, sobretudo nas ênfases da EB, introduzem-se como vertentes e temáticas transversais, revelando que tais aportes teórico-práticos e vivenciais também podem ser associados as intervenções psicoeducativas, participando, efetivamente falando, do desenvolvimento intersubjetivo e global do sujeito nos diferentes contextos societários e educativos.

Desse modo, os panoramas educacionais ambientais representam, ao mesmo que são integrados, por possibilidades interdisciplinares e intersetoriais, um exemplo disso pode ser visualizados nos estudos de Silva, Formiga e Castelhano (2023), pautado na significância da psicologia escolar no direcionamento de práticas sustentáveis, e da breve exposição de Guimarães e colaboradores (2024), expressando as potencialidades intersetoriais e sociointeracionais da educação ambiental na atualidade.

Seguindo tal lógica, destaca-se que os aportes sustentáveis não se restringem as temáticas e dinâmicas do meio ambiente enquanto instância unilateral e adinâmica, dado que introduzem, em suas arestas circunscritas, aspectos da sustentabilidade social, demonstrando como as relações e estruturas antropológicas e socioeconômicas influem, ao mesmo tempo que são influenciadas, pelas modificações ambientais, trazendo à tona a necessidade da visualização do sujeito enquanto membro integrante do planeta Terra (Gadotti, 2019).

Em pesquisas realizadas na última década, Loureiro e Lima (2012) abordam que 96% das escolas brasileiras declaram realizar planos executórios em educação ambiental nos diferentes cenários da EB, abarcando projetos, disciplinas específicas, temáticas

transversais e outras modalidades interativas. Em tal contexto, destaca-se as notificações quantitativas, baseadas no senso de 2006, não revelam discrepâncias significativas nas diferentes regiões do Brasil.

Todavia, os autores (2012) enfatizam que, apesar dos dados promissores retirados do senso supracitado, assim como das ampliações pertinentes nas aproximações entre a EB e os modelos em educação ambiental, as relações educativas-ambientais no Brasil permeiam, histórica e socialmente falando, fragilidades estruturais que devem mediadas de forma responsável entre as instituições escolares, o Estado e todos membros da sociedade civil.

Dentro das conquistas e ampliações legislativas, observa-se que foram desmarcados marcos significativos e direcionais no que tange a educação ambiental, seja de forma direta ou indireta, promovendo sistematizações e proposições transversais das temáticas, das discussões e das práticas sustentáveis nos diferentes setores societários, sobretudo nos campos escolares (Prigol, 2021).

Nesse segmento, seguem algumas das principais expressões e conquistas legislativas pautadas na difusão da educação e consciência ambiental e ecológica:

1- Art. 225 da Constituição da Federativa do Brasil (BRASIL, 1988): Em tal âmbito legislativo, destaca-se o direito e o dever do Estado e de todos os membros e instituições sociais em buscar o constante estabelecimento de ambientes ecologicamente sustentáveis, assim como da significância da elaboração de projetos e estratégias para a viabilização de tais objetivações estruturais.

2- Lei nº 6.938/1981 — Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981): No documento listado, trata-se da importância do desenvolvimento gradual de políticas e instrumentos na edificação de

novas pororocas ambientais, retratando que a educação ambiental se apresenta como elementos direcionais na organização de tais mecanismos experienciais e políticos.

3- Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996): Tal prerrogativa insere a educação ambiental como temática transversal nos diferentes prismas curriculares na EB.

4- Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024 (BRASIL, 2024): O presente marco representa um dos direcionamentos educativos ambientais, em seus sentidos vigorantes e políticos, mais recentes no território nacional, objetivando a inserção de temáticas e discussões específicas em educação sustentável, entre eles: mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e catástrofes socioambientais. Vale ressaltar que, além da inclusão direcional de pontuações ambientalistas, o aparato legislativo demarcado visa estimular o desenvolvimento de projetos e atividades pedagógicas especializadas mediante a obrigatoriedade das instituições de ensino.

Ante do avistado, fica evidente que, sobretudo ao longo do processo de redemocratização do Brasil, vem se instaurando aparatos e marcos jurídicos, legislativos, políticos e atuacionais pautados na difusão e ampliação da educação ambientais nos cenários societários e pedagógicos, iniciando-se, de forma mais enfática, com CF, atravessando outras proposições mais atuais, a exemplo das LDBs e a Lei nº 14.926/2024.

Todavia, faz-se necessário apontar que, apesar da significância das leis e dos marcos atuais, a educação ambiental ainda perpassa por obstáculos estruturais significativos, demonstrando a pertinência de propostas voltadas a continuidade da consolidação

dos elementos supracitados, assim como comenta Prigol (2021). Nesse cenário, destaca-se que tal problemática não se restringe aos campos educativos-sustentáveis, tanto que Arantes (1991) aborda que o sistema educacional nacional expressa dificuldades estruturais na mediação de questões sociais e inclusivas, mantendo uma distância clara entre os projetos aprimoradas e a sua execução metodológica-prática.

Adentrando o campo do Ensino Médio- EM, destaca-se que os documentos educacionais associados a tal recorte da EB, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), preconizam a significância da educação ambiental em suas atividades e planejamentos formativos, reiterando a pertinência da formação de cidadãos conscientes e críticos mediante as diferentes temáticas e discussões contemporâneas, estando entre elas as temáticas socioambientais e a sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a BNCC, assim como outros documentos e leis lista dos em tópicos anteriores, retrata a educação ambiental não como componente curricular específico de uma dada disciplina, uma vez que tais aparatos teórico-práticos devem ser visualizados a partir de uma ótica transversal e interdisciplinar (BRASIL, 2018).

Seguindo tal raciocínio, a prerrogativa citada está associada aos diferentes campos experienciais e acadêmicos das Ciências Naturais e suas tecnologias e com as Ciências Humanas, contemplando, por exemplo, as áreas 4 e 6, voltadas as interações e modificações ocasionadas nos eixos relacionais entre as atividades humanas e o meio ambiente (BRASIL, 2018).

Para Prigol (2021), os enfoques educativos-ambientes, notadamente envoltos nas ampliações metodológicas-vivenciais na EB, permitem a ancoragem interativa das discussões em meio ambiente nos variados cenários educacionais, indo além dos

vieses conteudistas, aproximando-se cada vez mais de meditações e práticas críticas e dialógicas.

Dessa maneira, Gadotti (2019) retira que as dinâmicas expressivas entre a sustentabilidade social e, proporcionalmente, ambiental estão intimamente integradas em um mesmo polo circundante, demonstrando a necessidade de inclusão da cidadania planetária e dos prefeitos ecopedagógicos nas discussões e compreensões educativas globais e específicas.

Contudo, em um prisma geral, Ribeiro (2006) remete que as contextualizações escolares apresentam resistências nas determinações inclusivas, mantendo, muitas vezes, posturas excludentes, revelando que as ações pedagógicas e socioeducacionais de matrizes críticas, indo de encontro com as proposições tradicionalistas e mecânicas, vigoradas ao longo do ensino brasileiro.

No estudo de Sá, Oliveira e Novaes (2015), foi revelado que as escolas escolhidas para a composição da amostragem de pesquisa não realizam, de forma efetiva, trabalhos significativos relacionados as temáticas ambientais, demonstrando que parte majoritária dos planejamentos associados ao eixo em questão são lapidadas em uma constante superficial e periódica.

Nessa perspectiva, destaca-se que os dados coletados partiram tanto de alunos das instituições observadas, como dos gestores escolares, abordando a fidedignidade das resultantes sistêmicas em tal estudo científico, ao mesmo tempo que serve de força motriz para reflexões e ações direcionais nos campos educativos-sustentáveis (Sá; Oliveira; Novaes, 2015).

Para Fonseca, Costa e Costa (2005), partindo de um viés multireferencial, os eixos voltados a educação ambiental, em suas naturezas interdisciplinares e dialógicas, não são conteúdos priorizados ao longo das jornadas acadêmicas e experienciais no EM, sendo um dos principais fatores

constitutivos na ausência de projetos e planejamentos assertivos mediante as necessidades integrativas das discussões expostas.

Ainda nessa pesquisa, os autores (2005) explicitam que, por via das entrevistas semiestruturadas com professores e alunos de uma escola federal localizadas no Rio de Janeiro, os docentes não apresentaram estratégias ou meios significativos em busca da sistematização ou exposição crítica das questões ambientais perante a formação do aluno, existindo uma fragmentação coesa na estimulação crítica e engajadora do alunato nesse processo interativo.

Em ótica sustentável-social, Gadotti (2019) esboça que as dificuldades relacionadas a consolidação das dimensionalidades ambientais nos cenários pedagógicos não se restringem a ausência do interesse ativo dos professores em si mesmos, dado que existem elementos estruturais e exigências acadêmicas integradas nas exposições neoliberais e mercoescolares, promovendo a desvalorização ou a ausência de esquematizações notáveis em relação aos âmbitos da sustentabilidade.

Coadunando com a ideia acima, Ferreira e colaboradores (2023) defendem que a introdução contínua e gradual das perspectivas cidadãs-planetárias representam formativas pertinentes nas discussões de embate aos moldes mercoescolares, servindo de força motriz para a inserção de óticas educativas-ambientais nas transformações socioambientais mediante as contextualizações e demandas pedagógicas.

Para finalizar, conclui-se que os esboços da sustentabilidade social se apresentam como elementos circundantes e significativos nos panoramas do EM, como previsto nas instâncias legais e teórico-práticas, possibilitando a formação global e crítica dos sujeitos inseridos em tal recorte pedagógico, apesar das dificuldades de estabelecimento nos cenários nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio do recorrido, fica evidente que as proposições da educação ambiental são elementos e diretrizes educacionais fundamentais nos recortes educativos nacionais, sobretudo quando mencionado os eixos curriculares e experienciais do EM, participando da formação crítica e global dos jovens, ao fim de suas inserções nas esquemáticas da EB.

Todavia, como visualizado ao longo dos tópicos articulados, ressalta-se que, mesmo como os aparatos legais e as fomentações teórico-práticas, a realidade brasileira, em um sentido majoritário, apresenta dificuldades estruturais e frequentes em estabelecer ações e planejamentos assertivos na inserção e aplicação ampla da educação ambiental nas pontuações do EM.

Vale ressaltar que a literatura científica recente, como visto nos paradigmas da sustentabilidade social, destaca que as estruturas mercoescolares e neoliberais participam negativamente na instauração das prerrogativas educativas-sustentáveis nas planificações pedagógicas, refletindo nas sistematizações, ou ausências das mesmas, nas realidades acadêmicas e vivenciais do EM.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ivanira Catarina. A prática do ensino e estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que

institui a Política Nacional de Educação Ambiental –, para incluir a abordagem das mudanças climáticas, da biodiversidade e dos riscos socioambientais nos currículos da educação básica e do ensino superior. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 16509, 2 set. 1981.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

CASTELHANO, M. V. C.. Educação ambiental na difusão de saberes e práticas sustentáveis mediante do contexto escolar: reflexões metodológicas-experienciais. Revista Brasileira de Filosofia e História, v. 13, p. 2936-2945, 2024.

CASTELHANO, M. V. C.; FRANCA, A. W. ; ALMEIDA, F. F. F. . Educação ambiental e as perspectivas críticas: meio ambiente como possibilidade emancipatória- inclusiva frente das habilidades socioemocionais. Revista Brasileira de Filosofia e História, v. 13, p. 1424-1433, 2023.

CASTELHANO, M. V. C.; RAMALHO NETO, A. E. ; MEDEIROS, E. S. . Educação ambiental e os hábitos sustentáveis através das proposições dialógicas: uma ótica formativa. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL, v. 17, p. 26-31, 2023a.

Editora, 2024. v. 1. p. 10-10.

CASTELHANO, M. V. C.; RAMALHO NETO, A. E. ; MEDEIROS, E. S. . Modalidades transversais e a psicoeducação: o desenvolvimento intersubjetivo através da educação ambiental. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL, v. 17, p. 32-37, 2023b

FERREIRA, P. L. ; CASTELHANO, M. V. C. ; ALMEIDA, F. C. S. ; SILVA, W. S. ; SILVA, M. D. P. ; SILVA, M. D. P. ; GOMES, A. P. M. ; SOUSA, J. L. ; JACOME, K. L. B. . Cidadania planetária e as concepções mercoescolares: tendências ambientais na transformação socioeducacional. REVISTA COOPEX, v. 14, p. 4308- 4317, 2023.

FONSECA, Vera Lucia Bastos; DA COSTA, Maria de Fátima Barrozo; COSTA, Marco Antonio Ferreira. Educação ambiental no ensino médio: mito ou realidade. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 15, 2005.

GADOTTI, M. Escola dos meus sonhos. São Paulo: IPF, 2019.

GUIMARAES, J. A. A. ; FERREIRA, P. L. ; NOBREGA, V. L. M. ; JACOME, K. L. B. ; MEDEIROS, A. P. ; GUIMARAES, T. T. S. ; ALVES, D. I. S. ; SILVA, W. S. ; PALITOT, M. A. F. F. ; ARAUJO, J. K. P. ; CASTELHANO, MARCOS VITOR COSTA . EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS ENFOQUES SOCIOINTERATIVOS: UMA DIALÓGICA INTERSETORIAL. In: ANAIS DA I AMOSTRA ONLINE DE RESUMOS EM EDUCAÇÃO DA CTP EDITORA, 2024, São Bento-PB. ANAIS DA I AMOSTRA ONLINE DE RESUMOS EM EDUCAÇÃO DA CTP EDITORA. São Bento: CTP

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; DE LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares. Ampliando o debate entre educação e educação ambiental. Revista Contemporânea de Educação, v. 7, n. 14, 2012.

LUCATTO, Luis Gustavo; TALAMONI, Jandira Liria Biscalquini. A construção coletiva interdisciplinar em educação ambiental no ensino médio: a microbacia hidrográfica do Ribeirão dos Peixes como tema gerador. Ciência & Educação (Bauru), v. 13, p. 389-398, 2007.

PRIGOL, Edna Liz. Transversalidade na Educação. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2020.

RIBEIRO, Antonio. A Escola como forma de exclusão social do aluno. Sobral, Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2006.

SÁ, Maria Aparecida; OLIVEIRA, Marcondes Albuquerque; NOVAES, Ana Selia Rodrigues. A importância da Educação Ambiental para o ensino médio. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 10, n. 3, p. 60-68, 2015.

SILVA, E. B. E. ; FORMIGA, M. M. M. ; CASTELHANO, M. V. C. . A psicologia escolar enquanto norteadora de práticas sustentáveis: um panorama interdisciplinar. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL, v. 17, p. 38-45, 2023.

